



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

A DINÂMICA RECENTE DO MERCADO DE TRABALHO PARAIBANO: UMA LEITURA A PARTIR DOS DADOS DA PNAD CONTÍNUA

Jorge Souza Alves¹

jorge.alvesa69@gmail.com

Técnico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Estado da Paraíba
Brasil

Pedro Jorge Holanda Alves²

pedrojorge_holanda@hotmail.com

Estudante: Universidade Federal da Paraíba
Brasil

Renato Silva de Assis³

renato086@gmail.com

Supervisor Técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
(DIEESE) na Paraíba
Brasil

Grupo de trabalho: 17 – **Trabalho e Reestruturação Produtiva**

RESUMO

Este artigo analisa a dinâmica do mercado de trabalho paraibano entre 2012 e 2016, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Busca-se verificar, principalmente em relação ao conceito de “subutilização da força de trabalho”, quais continuidades e quais mudanças estiveram presentes no mercado de trabalho paraibano nos anos recentes. Os resultados evidenciaram que houve um aumento da precarização do trabalho refletida através do crescimento dos subocupados por insuficiência de horas trabalhadas, das pessoas desmotivadas a procurar emprego devido as restrições encontradas no mercado de trabalho atual, de trabalhadores sub-remunerados e da manutenção de uma grande parcela dos indivíduos ocupados em atividades informais.

Palavras-chave: Paraíba; Força de Trabalho; Ocupações Precárias.

¹ Graduado e Mestre em Economia e Doutor em Sociologia pela UFPB (Campus I).

² Graduando em Economia pela UFPB (Campus I).

³ Graduado em Ciências Econômicas pela UFPB e Mestre em Economia Regional pela UFRN.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017
3 - 8 Diciembre / Montevideo
Las encrucijadas abiertas de América Latina
La sociología en tiempos de cambio

ABSTRACT

This article analyzes the dynamics of the Brazilian labor market between 2012 and 2016, based on data from the National Survey by Continuous Household Sample (PNADC), conducted by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). It is sought to verify, mainly in relation to the concept of "underutilization of the labor force", what continuities and what changes were present in the labor market of Brazil in recent years. The results showed that there was an increase in the precariousness of work reflected by the growth of the underemployed due to insufficient working hours, of the unmotivated people looking for work due to the restrictions found in the current labor market, of underpaid workers and the maintenance of a large of individuals engaged in informal activities.

Keywords: Paraíba; Workforce; Precarious occupations.

RESUMEN

Este artículo analiza una dinámica del mercado de trabajo para el parto entre 2012 y 2016, a partir de los datos de la Encuesta Nacional por Muestra de Domicilios Continua (PNADC), realizada por el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE). Se busca verificar, principalmente en relación al concepto de "infrautilización de la fuerza de trabajo", qué continuidades y qué cambios, no existen en el mercado de trabajo paraibano en los años recientes. Los resultados evidenciaron que hubo un aumento de la precarización del trabajo reflejado a través del crecimiento de los subocupados por insuficiencia de horas trabajadas, de las personas desmovilizadas a la demanda de empleo debido como restricciones encontradas en el mercado de trabajo actual, de trabajadores sub-remunerados y de mantenimiento de una grandeza Parcela de los clientes ocupados en actividades informales.

Palabras clave: Paraíba; Fuerza de trabajo; Ocupaciones Precarias.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

1 INTRODUÇÃO

O final da década de 1990 foi marcado pelo paradigma de que o Brasil não possuía estratégias que fossem capazes de promover a retomada do emprego com carteira de trabalho assinada que garantisse para os trabalhadores brasileiros uma proteção social frente a lógica capitalista, cada vez mais voraz e articuladora do ponto de vista da minimização de custos, aumento da competitividade frente ao mercado e conseqüentemente a maximização do lucro empresarial.

As medidas empregadas na década de 1990, apesar de terem êxito na estabilização monetária da economia, trouxeram para os trabalhadores brasileiros uma série de restrições, pois tiveram que conviver com um período marcado pelo processo de reestruturação produtiva, flexibilização das relações de trabalho, diminuição do poder de compra e manutenção de altas taxas de desemprego que, por sua vez, potencializou a já existente incidência da pobreza entre as diversas regiões do país. Nesse cenário coube aos trabalhadores buscarem no setor informal da economia meios para sobreviver, e o Nordeste foi a região que mais sentiu os efeitos da retração do mercado de trabalho formal, da retomada da concentração industrial para os principais polos econômicos do país e dos avanços dos níveis de pobreza (ASSIS e MARQUES, 2015).

A chegada dos anos 2000 no Brasil, principalmente a partir de 2003, foi marcada pela transição de um governo, que não obteve sucesso a partir de um ideal centrado no mercado e na iniciativa privada como fonte da geração de empregos e crescimento da economia, por um que via o Estado como promotor da expansão do mercado de trabalho formal, do crescimento da produção interna e do processo da distribuição de renda da economia.

No geral, do ponto de vista da expansão do emprego formal e da distribuição de renda, as políticas empregadas nos anos 2000 foram totalmente exitosas em todos os estados do país, e principalmente em estados como a Paraíba, marcada por apresentar durante anos um dos piores indicadores socioeconômicos do Brasil. Essa expansão recente nas ocupações do mercado de trabalho paraibano, pode ser verificada ao se analisar, por exemplo, os empregos gerados no mercado de trabalho formal.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, em 1985, o mercado de trabalho formal paraibano possuía cerca de 232.963 trabalhadores formais, chegando ao patamar de



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

308.434 em 1995. Em 2002 atinge o patamar de 375.537 trabalhadores avançando para um contingente de 579.504 em 2010. Em 2014, a Paraíba atinge o total de 679.180 trabalhadores formais.

No entanto, ao se fazer uma avaliação da conjuntura brasileira mais recente, observa-se que todo o país passou por um momento marcado por uma forte crise política e econômica. Desde 2011, a economia já vinha mostrando uma saturação do crescimento pautado na expansão do mercado interno. Após os resultados de 2014, as mudanças na condução das políticas públicas, principalmente no que tange as alterações na condução das políticas sociais e de incentivo ao emprego, ambas de caráter mais restritivo, proporcionaram impactos negativos sobre o mercado de trabalho brasileiro.

A recessão iniciada em 2015, aliada às pressões inflacionárias, às medidas de combate à inflação (aumento dos juros reais), a redução do crédito na economia e a forte redução nos investimentos produtivos, teve forte impacto sobre o mercado interno brasileiro, restringindo o poder de compra da população e principalmente suas expectativas. Também contribuiu para esse momento de contração da economia, a redução do aparelho estatal, a desregulamentação das regras de mercados, especialmente voltadas para as relações de trabalho.

A partir de 2014, com um crescimento da produção interna nacional em apenas 0,1% e quedas sucessivas de -3,8% e -3,6% em 2015 e 2016, respectivamente, o mercado de trabalho passa a perder o dinamismo encontrado nos anos anteriores, reduzindo, por exemplo, o emprego formal em 1,5 milhões em 2014 e 1,3 milhões em 2015, aumentando assim o número de desempregados no país. Na Paraíba, perde-se mais de 12 mil empregos formais em 2015 e mais de 32 mil em 2016.

O mercado de trabalho brasileiro passa novamente a assistir, após anos, ao aumento das taxas de desocupação e dos níveis de precarização das condições de trabalho, sobretudo, das condições de pobreza da população.

A luz das mudanças da economia brasileira nos últimos anos, este artigo tem por objetivo geral analisar a dinâmica do mercado de trabalho paraibano entre 2012 e 2016, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). Como objetivos específicos pretende-se levantar um diagnóstico recente do mercado de trabalho paraibano, no que tange as características da força de trabalho, tais como nível de ocupação e



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

desocupação, tipos de ocupações, tipos de atividades e rendimentos. Também buscando avançar na análise sobre o mercado de trabalho, este artigo busca adotar o conceito de “subutilização da força de trabalho”, como forma de melhorar a estimativa de demanda por trabalho em ocupação, dada a insuficiência da medida de desocupação até então adotada por outros trabalhos.

Este artigo faz parte de uma investigação em curso sobre indicadores do mercado de trabalho paraibano no período recente e traz um retrato a partir de alguns indicadores selecionados. Ele é composto por quatro seções distintas, sendo a primeira delas esta introdução. A segunda seção é composta pela descrição dos dados utilizados na pesquisa. A terceira seção traz uma análise dos indicadores gerais do mercado de trabalho comumente utilizados, ficando a seção seguinte destinada às avaliações dos resultados encontrados em relação aos novos indicadores utilizados na PNADC. A quarta e última seção se constitui das conclusões gerais do estudo.

2 DESCRIÇÃO DOS DADOS

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) tem como objetivo produzir informações para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país, bem como permitir a investigação contínua dos indicadores conjunturais de trabalho e rendimento. Ela é realizada mensalmente através de uma amostra de domicílios que abrangem todo o território nacional⁴.

Para a realização desse presente estudo, foram construídas tabelas com os resultados das médias anuais verificadas no período de 2012 até 2016, para a população com a idade de 14 anos ou mais. Os dados relacionados aos rendimentos médios reais, por sua vez, foram deflacionados para o mês de maio do último trimestre de coleta divulgado.

Segundo este novo marco teórico-conceitual, além dos indicadores relacionados à ocupação e à desocupação tradicionalmente divulgados, faz-se necessário a adoção do conceito de “subutilização da força de trabalho”, para complementar o monitoramento do mercado de trabalho. O objetivo é fornecer a melhor estimativa possível da demanda por trabalho em ocupação, dada a insuficiência da medida de desocupação até então adotada. Para tanto, faz-se

⁴ Excluem-se as áreas com características especiais (aldeias indígenas, penitenciárias, quartéis, hospitais, agrovilas de projetos de assentamentos rurais etc.).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

necessária a construção de novos indicadores, como a medição ou estimação dos “subocupados por insuficiência de horas trabalhadas” e da “força de trabalho potencial”, a se juntar ao de “desocupação”, visando a realização de tal objetivo.

3 ANÁLISE DAS VARIÁVEIS

3.1 FORÇA DE TRABALHO

3.1.1 Ocupados e desocupados

Através da análise da Tabela 1, a seguir, pôde-se perceber um crescimento da população com 14 anos ou mais, no período de 2012 a 2016. Nesse período o contingente passou de 2,992 milhões para 3,165 milhões, respectivamente, o que dá um aumento relativo de 5,8%.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Tabela 1: Distribuição média anual das populações de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência - Paraíba (2012-2016)

Variáveis e Indicadores	População de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência				
	2012	2013	2014	2015	2016
Quantidade (em mil pessoas)					
Em idade para trabalhar	2.992	3.017	3.053	3.105	3.165
Na força de trabalho	1.662	1.671	1.714	1.751	1.668
Fora da força de trabalho	1.330	1.347	1.339	1.355	1.477
Total	1.662	1.671	1.714	1.751	1.668
Na força de trabalho					
Ocupadas	1.510	1.524	1.562	1.584	1.496
Desocupadas	152	147	152	167	192
Variação (%)					
Em idade para trabalhar	-	0,84	1,19	1,70	1,93
Na força de trabalho	-	0,54	2,57	2,16	-4,74
Fora da força de trabalho	-	1,28	-0,59	1,19	9,00
Total	-	0,54	2,57	2,16	-4,74
Na força de trabalho					
Ocupadas	-	0,93	2,49	1,41	-5,56
Desocupadas	-	-3,29	3,40	9,87	14,97
Indicadores					
Percentual (%)					
Taxa de participação na força de trabalho	55,6	55,4	56,2	56,4	53,4
Nível de ocupação	50,5	50,5	51,2	51,0	47,3
Nível de desocupação	5,1	4,9	5,0	5,4	6,1
Taxa de desocupação	9,2	8,8	8,9	9,5	11,4

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE/PNAD Contínua.

O maior contingente dessa população está na força de trabalho, que por sua vez cresceu 5,35% de 2012 a 2015, tendo redução de -4,7% no ano seguinte. Essa queda fez com que o patamar de pessoas na força de trabalho atingisse 1,668 milhão de pessoas, voltando a um contingente semelhante ao verificado no primeiro ano da série histórica. Verificou-se, por outro lado, um crescimento de 11,1% da população fora da força de trabalho, entre 2012 e 2016.

A combinação entre crescimento da população em idade para trabalhar com a relativa estabilidade da população na força de trabalho, promoveu alterações na taxa de participação da força de trabalho paraibana, que ficou em torno de 55% entre 2012 e 2013, passou para 56%



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

nos anos 2014 e 2015, recuando para 53% em 2016, havendo, portanto, uma redução de três pontos percentuais entre 2015 e 2016, e de dois pontos entre 2012 e 2016.

Ressalte-se que as taxas de participação no Brasil, além de se situarem em patamares superiores aos verificados na Paraíba, ficaram estabilizadas em torno de 61,0%, resultando numa diferença de 7 p.p.. No caso do Nordeste, as taxas situavam-se próximas das verificadas na Paraíba, mas ficaram estabilizadas em torno de 54%, ao longo do período.

Além das alterações na taxa de participação, percebeu-se também alterações no interior do contingente pertencente à força de trabalho na Paraíba. Em relação aos ocupados, houve uma elevação contínua até 2015, resultando num crescimento acumulado no período de 4,9%, acompanhado de uma redução de -5,6% no ano seguinte. Essa queda se deu em função de seu total ter atingido 1,496 milhão de pessoas, patamar inferior ao verificado em 2012. Esses números refletem a deterioração do mercado de trabalho paraibano frente a crise econômica que se instaurou com maiores efeitos a partir do ano de 2015, principalmente sobre as atividades econômicas ligadas aos setores da construção civil e do comércio.

Esses fatos contribuíram para que houvesse oscilações no **nível de ocupação** da força de trabalho, entre os extremos do período: esse indicador ficou em torno de 50% em 2012 e 2013, e em 51% em 2014 e 2015, caindo para 47,3%, em 2016. No caso do Brasil, esse indicador girou em torno de 56% entre 2012 e 2015, caindo para 54,3%, em 2016, continuando a ficar em patamar bem superior ao da Paraíba. Em relação ao Nordeste, a taxa ficou estável.

Na Paraíba, verificou-se um recuo no total dos desocupados⁵ entre 2012 e 2013, e um crescimento contínuo e acelerado a partir daí, de forma a termos um aumento acumulado dos desocupados de 26,3%, entre os extremos do período. Os dados mostram que a taxa de desocupação ficou relativamente estável entre 2012 (9,2%) e 2014 (8,9%), para, a partir daí, apresentar tendência de crescimento, passando de 9,5%, em 2015, para 11,4%, em 2016.

Dentro dos contextos nacional e regional, observou-se, em 2012, que a taxa de desocupação paraibana era superior à verificada no Brasil (7,4%) e semelhante à do Nordeste

⁵ A pesquisa considera como desocupadas as pessoas com 14 anos ou mais de idade, sem trabalho que, na semana de referência, tomaram providências para se efetivarem e que estavam disponíveis para assumir. Considera-se desocupadas, também, aquelas pessoas que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho, porque já haviam conseguido trabalho com início previsto para após a semana de referência e prazo limite para esse início de até 3 meses (IBGE: 2016, p.3).



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

(9,5%), sendo que, em 2016, apresentou percentual semelhante ao do Brasil (11,5%) e inferior ao do Nordeste (13,6%).

Na comparação com as outras unidades da federação, apesar de ter apresentando uma elevação de 2,2 p.p. na taxa de desocupação entre 2012 e 2016, a Paraíba teve o quarto menor crescimento dessa taxa, e isso contribuiu para colocar a economia paraibana numa posição mediana entre as mais elevadas e as mais baixas taxas de desocupação.

3.1.2 Indicadores de subutilização da força de trabalho

No tocante a análise das taxas de desocupação junto com os indicadores de subutilização da força de trabalho, criados para fornecer uma estimativa mais apurada da demanda por trabalho em ocupação, percebe-se que os resultados para a Paraíba se situam entre os mais elevados dentre as unidades da federação, como de resto todos os demais estados nordestinos, levando a que o Nordeste tenha apresentado as mais elevadas taxas de subutilização da força de trabalho, quando do cotejamento com as demais grandes regiões brasileiras.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Tabela 2: Taxa combinada da desocupação e da subocupação por insuficiência de horas - Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação (média anual 2012-2016)

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Taxa combinada da subocupação por insuficiência de horas e da desocupação (%)				
	2012	2013	2014	2015	2016
Brasil	14,87	13,71	12,41	13,97	16,46
Norte	15,18	14,10	12,10	13,60	15,49
Rondônia	12,18	9,40	7,60	8,63	10,93
Acre	15,18	14,88	10,93	12,68	13,40
Amazonas	14,28	12,70	11,20	12,70	18,03
Roraima	13,90	14,08	11,85	13,65	12,93
Pará	17,58	15,13	14,50	17,00	18,80
Amapá	17,85	16,98	14,28	15,93	18,48
Tocantins	15,28	15,55	14,33	14,60	15,88
Nordeste	19,76	19,01	17,69	18,75	21,66
Maranhão	16,80	15,40	13,75	15,98	20,15
Piauí	21,40	21,55	23,15	22,13	23,18
Ceará	17,63	16,33	15,50	16,28	19,85
Rio Grande do Norte	20,65	19,73	19,25	19,45	21,30
Paraíba	23,00	22,95	19,48	19,95	21,33
Pernambuco	15,73	14,55	12,88	14,60	19,33
Alagoas	17,33	16,40	14,70	17,73	21,03
Sergipe	21,23	21,78	19,63	19,48	22,63
Bahia	24,13	22,40	20,85	23,15	26,13
Sudeste	11,69	10,23	9,26	11,37	14,87
Minas Gerais	13,25	12,15	11,80	14,68	16,35
Espírito Santo	11,23	9,80	8,08	9,58	14,73
Rio de Janeiro	11,28	8,75	7,43	8,98	12,90
São Paulo	11,00	10,23	9,75	12,25	15,50
Sul	8,98	7,36	6,68	8,51	10,38
Paraná	10,20	7,90	7,05	9,23	11,40
Santa Catarina	6,45	4,65	4,28	5,73	7,83
Rio Grande do Sul	10,30	9,53	8,70	10,58	11,90
Centro-oeste	10,91	9,35	8,56	10,54	12,63
Mato Grosso do Sul	12,20	8,90	8,45	11,10	11,45
Mato Grosso	10,00	7,73	6,68	8,33	11,00
Goiás	9,73	8,50	7,75	9,85	13,23
Distrito Federal	11,70	12,28	11,38	12,90	14,85

FONTE: Elaboração própria com base nos dados do IBGE/PNAD Contínua.

Em relação à taxa combinada de subocupação por insuficiência de horas e de desocupação⁶, observou-se um percentual de 16,5% para o Brasil, em 2016, um aumento de

⁶ Considera-se com “subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas”, as pessoas com 14 anos ou mais de idade que, na semana de referência, trabalham menos de 40 horas, gostariam de trabalhar mais horas e estão disponíveis para trabalhar mais horas no período de 30 dias (IBGE: 2016, p.3).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

1,6 p.p. em relação à 2012 (14,9%). Constatou-se que o Nordeste possuía uma taxa que, além de elevada, era bem superior à das demais regiões: esta tinha um percentual de 21,7%, em 2016, vindo depois o Norte (15,5%), o Sudeste (14,9%), o Centro-Oeste (12,6%) e o Sul (10,38%).

Tabela 3: Taxa combinada da desocupação e da força de trabalho potencial - Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação (média anual 2012-2016)

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Taxa combinada da desocupação e da força de trabalho potencial (%)				
	2012	2013	2014	2015	2016
Brasil	14,06	13,12	11,86	13,47	17,30
Norte	15,29	14,29	12,17	13,66	17,34
Rondônia	11,73	8,58	6,63	8,78	11,40
Acre	15,78	16,68	13,98	14,40	18,23
Amazonas	14,83	12,85	11,18	13,00	19,73
Roraima	15,53	16,80	13,10	13,88	15,00
Pará	16,75	15,20	13,20	15,90	19,35
Amapá	18,30	15,53	13,88	15,08	20,90
Tocantins	14,15	14,38	13,25	14,60	16,75
Nordeste	18,67	18,08	16,68	18,09	22,67
Maranhão	15,63	15,38	14,93	16,60	23,48
Piauí	18,98	19,33	18,08	19,33	20,78
Ceará	17,93	16,78	15,18	17,10	21,53
Rio Grande do Norte	20,60	19,55	18,73	19,98	23,83
Paraíba	19,35	20,43	18,58	18,83	21,88
Pernambuco	16,30	14,98	12,55	14,85	21,30
Alagoas	19,95	18,03	16,90	19,38	25,03
Sergipe	19,50	18,80	17,65	16,88	21,63
Bahia	19,78	19,50	17,50	19,93	24,60
Sudeste	10,45	9,37	8,64	10,60	14,88
Minas Gerais	11,43	10,55	10,10	12,83	15,90
Espírito Santo	10,15	9,28	8,00	9,48	15,05
Rio de Janeiro	9,93	8,38	7,40	8,90	13,38
São Paulo	10,30	9,28	9,08	11,20	15,20
Sul	7,33	6,20	5,75	7,40	10,03
Paraná	8,50	6,78	6,08	8,05	11,20
Santa Catarina	5,40	4,38	3,88	5,23	7,90
Rio Grande do Sul	8,10	7,45	7,30	8,93	11,00
Centro-oeste	10,17	8,83	8,28	10,16	13,01
Mato Grosso do Sul	11,08	8,05	7,43	10,03	11,75
Mato Grosso	8,88	7,13	6,63	8,48	11,90
Goiás	8,50	7,70	7,33	9,68	13,55
Distrito Federal	12,23	12,45	11,73	12,48	14,83

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE/PNAD Contínua.

Dentre as unidades da federação, a Paraíba tinha a segunda maior taxa (23,0%), em 2012, havendo uma redução de 1,7 p.p. na mesma, em 2016 (21,3%), ficando agora com o quinto maior resultado nacional. Mesmo melhorando ligeiramente a taxa, a subocupação por



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

insuficiência de horas no estado paraibano ainda se encontra em patamar bem superior ao verificado para o Brasil (16,5%).

Em relação à **taxa combinada da desocupação e da força de trabalho potencial**⁷, constatou-se que o Brasil apresentou um crescimento de 3,2 p.p. entre 2012 e 2016 (passou de 14,1%, para 17,3%, respectivamente). Em relação as grandes regiões, o Nordeste seguia como a região com maior taxa (22,7%), em 2016.

A Paraíba apresentou, em 2012, taxa combinada da desocupação e da força de trabalho potencial, de 19,4%, quinta maior proporção dentre as unidades da federação, estando acima da média brasileira. Em 2016, com uma taxa de 21,9%, apresentou um aumento de 2,5 p.p. em relação à 2012, ficando também com a quinta maior taxa em âmbito nacional.

No que diz respeito à **taxa composta da subutilização da força de trabalho**, percebeu-se que esta atingiu 22% no Brasil, em 2016, resultado maior que o ano anterior (18,6%), assim como em relação à 2012 (20,5%), apresentando, neste último caso, um crescimento de 1,6 p.p..

Dentre as unidades da federação, a Paraíba foi a que apresentou a maior taxa (31,7%), em 2012, caindo para a quinta posição em 2016 (30,7%), obtendo, portanto, resultados situados sempre acima da média nacional e entre as maiores taxas do país, apesar da redução ocorrida entre os extremos do período, de 1 p.p..

⁷ A Força de trabalho potencial é definida como sendo o conjunto de pessoas de 14 anos ou mais de idade, que possuem potencial para se transformar em força de trabalho, mas não estavam ocupadas nem desocupadas na semana de referência. Ela é formada tanto pelo grupo das pessoas que realizaram busca efetiva por trabalho, mas não se encontravam disponíveis para trabalhar na semana de referência, quanto pelas pessoas que não realizaram busca efetiva por trabalho, mas gostariam de ter um trabalho e estavam disponíveis para trabalhar na semana de referência (IBGE: 2016, p.p. 3-4).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Tabela 4: Taxa composta da subutilização da força de trabalho - Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação (média anual 2012-2016)

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Taxa composta da subutilização da força de trabalho (%)				
	2012	2013	2014	2015	2016
Brasil	20,48	18,78	16,88	18,60	22,01
Norte	21,37	19,78	16,73	18,34	21,22
Rondônia	17,20	12,73	9,95	11,73	14,33
Acre	21,98	22,05	17,05	18,33	20,53
Amazonas	19,38	16,33	14,50	16,13	23,88
Roraima	21,38	22,33	18,20	18,73	18,85
Pará	25,93	22,40	20,08	23,50	26,28
Amapá	22,60	20,85	17,70	19,80	23,78
Tocantins	21,15	21,80	19,65	20,18	20,93
Nordeste	27,90	26,81	24,85	26,12	30,39
Maranhão	23,65	22,35	21,23	23,30	30,68
Piauí	31,53	31,58	32,65	32,03	32,83
Ceará	26,75	24,45	22,63	23,90	28,58
Rio Grande do Norte	28,93	27,68	26,23	26,80	30,13
Paraíba	31,68	32,75	28,05	28,20	30,65
Pernambuco	22,43	20,18	17,05	19,30	25,70
Alagoas	25,35	23,35	21,53	25,30	31,08
Sergipe	29,30	29,18	27,10	26,45	30,08
Bahia	31,53	29,75	27,23	29,83	33,78
Sudeste	14,78	12,61	11,26	13,62	17,78
Minas Gerais	17,48	15,88	14,93	18,75	20,88
Espírito Santo	14,13	11,98	9,88	11,38	17,45
Rio de Janeiro	13,55	10,35	8,63	10,25	14,53
São Paulo	13,98	12,23	11,63	14,10	18,25
Sul	11,76	9,39	8,42	10,46	12,77
Paraná	13,55	10,25	9,05	11,38	14,28
Santa Catarina	8,38	5,90	5,28	6,85	9,38
Rio Grande do Sul	13,35	12,03	10,93	13,15	14,65
Centro-oeste	14,47	12,19	11,16	13,23	15,68
Mato Grosso do Sul	16,88	12,18	11,65	14,80	15,40
Mato Grosso	13,20	10,30	9,20	10,73	13,53
Goiás	12,68	10,73	9,68	12,18	16,23
Distrito Federal	15,13	15,58	14,10	15,20	17,58

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE/PNAD Contínua.

Estes números refletem as características do mercado de trabalho de cada região, apresentando as que possuem empregos mais avançados em termos de formalização, proteção social, jornadas de trabalho mais próximas do tempo normal (44 horas semanais) e uma maior oferta de postos de trabalhos formais com uma maior dinâmica da força de trabalho. Por outro lado, também apresentam problemas de regiões que historicamente exibem um maior nível de ocupações informais com jornadas de trabalho acima do permitido ou jornada insuficientes, mercados de trabalho mais restritos na oferta de empregos gerando uma maior desmotivação dos indivíduos na atitude de procurar empregos e conseqüentemente, um maior nível pobreza.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

O Nordeste apresenta a maior taxa composta da subutilização da força de trabalho do país, sobretudo pelo fato de absorver umas das maiores taxas de informalidade do Brasil, bem como uma menor dinâmica em sua estrutura produtiva, em detrimento a regiões como Sudeste e Sul. Contudo, é importante observar que essa situação apresentou uma certa melhoria na última década, fazendo com que inclusive essa região tivesse um crescimento em seu mercado de trabalho formal acima da média nacional, que fez com que vários nordestinos que antes tinham migrado para regiões mais dinâmicas, regressassem para seus estados de origem (ASSIS et al., 2012).

3.2 AS MUDANÇAS (E PERMANÊNCIAS) NO PERFIL DOS OCUPADOS

3.2.1 Posição na Ocupação

A análise dos ocupados segundo a **posição na ocupação** mostrou que a redução no total dos ocupados, em 2016, ocorreu em quase todos os grupos, com destaques para os grupos dos trabalhadores auxiliares (-21,4%), dos trabalhadores por conta própria (-9,1%), bem como dos trabalhadores no setor privado sem carteira de trabalho assinada (-7,0%). As exceções ficaram por conta dos empregadores e dos empregados domésticos, que cresceram 13,0% e 3,9%, respectivamente.

Essas informações mostram indícios de que pode ter havido entre 2014 e 2016, um aumento na formalização de possíveis empreendedores que antes eram empregados ou que já atuavam em suas atividades de maneira informal. O mesmo pode-se dizer em relação aos trabalhadores no emprego doméstico, atividade que apesar de ter passado na legislação brasileira recente por um processo de incentivo a formalização, se apresenta como uma ocupação que apresenta saltos em épocas de crise econômica com redução do emprego formal.

No período entre 2012 e 2016, apesar da quantidade de ocupados no mercado de trabalho paraibano ter caído, percebeu-se que o contingente de empregados cresceu: elevou-se continuamente até 2014, para a partir daí ter reduções nos anos seguintes, chegando a 1,0 milhão de pessoas ocupadas, em 2016. Trata-se de um crescimento absoluto de 51 mil pessoas, ou relativo de 5,4%, entre 2012 e 2016. Isto contribuiu para que sua participação em relação ao



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

total dos ocupados passasse de 62,9%, para 66,9%, entre 2012 e 2016, respectivamente, crescimento de 4 p.p..

Tabela 5: População de 14 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, segundo a posição na ocupação - Paraíba (médias 2012-2016)

Posição na ocupação	População de 14 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência				
	2012	2013	2014	2015	2016
	Quantidade (em mil pessoas)				
Total	1.510	1.524	1.562	1.584	1.496
Empregados em geral	949	998	1.046	1.041	1.000
Empregado no setor privado (exclusive trabalhadores domésticos)					
Com carteira de trabalho assinada	329	346	386	388	361
Sem carteira de trabalho assinada	259	283	275	276	268
Trabalhador doméstico	104	110	119	103	107
Empregado no setor público (inclusive servidor estatutário e militar)	257	259	266	274	264
Empregador	47	44	54	46	52
Conta própria	433	403	403	429	390
Trabalhador familiar auxiliar	81	80	60	70	55
	Variação (%)				
Total	-	0,93	2,49	1,41	-5,56
Empregados em geral	-	5,16	4,81	-0,48	-3,94
Empregado no setor privado (exclusive trabalhadores domésticos)					
Com carteira de trabalho assinada	-	5,17	11,56	0,52	-6,96
Sem carteira de trabalho assinada	-	9,27	-2,83	0,36	-2,90
Trabalhador doméstico	-	5,77	8,18	-13,45	3,88
Empregado no setor público (inclusive servidor estatutário e militar)	-	0,78	2,70	3,01	-3,65
Empregador	-	-6,38	22,73	-14,81	13,04
Conta própria	-	-6,93	0,00	6,45	-9,09
Trabalhador familiar auxiliar	-	-1,23	-25,00	16,67	-21,43
	Distribuição (%)				
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Empregados em geral	62,85	65,49	66,97	65,72	66,84
Empregado no setor privado (exclusive trabalhadores domésticos)					
Com carteira de trabalho assinada	21,79	22,70	24,71	24,49	24,13
Sem carteira de trabalho assinada	17,15	18,57	17,61	17,42	17,91
Trabalhador doméstico	6,89	7,22	7,62	6,50	7,15
Empregado no setor público (inclusive servidor estatutário e militar)	17,02	16,99	17,03	17,30	17,65
Empregador	3,11	2,89	3,46	2,90	3,48
Conta própria	28,68	26,44	25,80	27,08	26,07
Trabalhador familiar auxiliar	5,36	5,25	3,84	4,42	3,68

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE/PNAD Contínua.

Todos os grupos de empregados contribuíram para essa elevação na importância relativa dos empregados, com destaque para os empregados no setor privado com carteira de trabalho assinada, que cresceu 9,7% entre os extremos do período, fazendo com que sua participação no total dos ocupados passasse de 21,8%, em 2012, para 24,1%, em 2016, um crescimento de 2,3 p.p..

Em relação aos empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada, observou-se um crescimento de 3,5% entre 2012 e 2016 que, apesar disso, manteve sua



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

participação em relação ao total dos ocupados em torno de 17,0% em quase todo o período. Considerando o conjunto dos empregados no setor privado, ou seja, os com e os sem carteira de trabalho assinada, observou-se que sua participação cresceu cerca de 3 p.p..

O subgrupo dos empregados no setor público (inclusive servidores estatutários e militares) teve crescimento de 2,7% entre 2012 (257 mil) e 2016 (264 mil), mantendo o seu patamar de participação relativa em torno de 17,0%, em todos os anos do período considerado. Esse subgrupo ficou, portanto, num patamar semelhante ao verificado no grupo dos empregados do setor privado sem carteira de trabalho assinada.

Depois do grupo dos empregados, outro grupo que se destaca é o dos trabalhadores por conta própria, que em 2012 tinha uma participação no total de ocupados na ordem de 28,7%, percentual que caiu para 26,07% em 2016. Trata-se de uma redução com queda absoluta de 43 mil pessoas, e relativa de 9,9%, entre os extremos do período. É interessante frisar que essa tendência de redução verificada em 2016 vai de encontro ao que se espera desse tipo ocupação em época de recessão. Em momento de queda da produção econômica e aumento do desemprego, as ocupações tendem a se concentrar nas atividades de cunho informal, como é o caso dos empregados sem carteira de trabalho assinada e os trabalhadores por conta própria.

Outro grupo que apresentou tendência de redução, ao longo do período analisado, foi o dos trabalhadores familiares auxiliares, resultando em redução absoluta de 26 mil pessoas, e variação relativa de -32,1%. Com isso, a participação relativa deste grupo em relação ao total dos ocupados passou de 5,4%, em 2012, para 3,7%, em 2016, uma redução de 1,7 p.p..

Apesar de ser minoritário, o grupo dos empregadores teve comportamento errático ao longo do período: apresentou redução de 6,9% entre 2012 e 2013, obteve crescimento de 22,73% em 2014, para ter variação de -14,8%, em 2015, voltando a apresentar crescimento em 2016, de 13,1%. O resultado final foi que esse grupo teve o maior crescimento relativo entre os extremos do período, de 10,6%, mas manteve sua participação no total dos ocupados, em torno de 3%.

3.2.2 Grupamentos de atividade econômica

Analisando-se agora de acordo com os **grupamentos de atividade econômica**, todos os grandes setores de atividade econômica tiveram reduções na quantidade de ocupados, entre



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

2015 e 2016, mas quem mais contribuiu para a redução de -5,6% no total dos ocupados foram o setor primário (-13,9%) e o secundário (-13,1%), tendo o terciário variado em apenas -1,4%.

No período entre 2012 e 2016, percebeu-se que a queda de -5,6% no total dos ocupados (14 mil pessoas), deveu-se, em grande parte, ao comportamento do setor primário, que teve redução absoluta de 90 mil pessoas, ou relativa de 33,5%, e, em grau menor, ao resultado do setor secundário que teve redução absoluta de 17 mil ocupações, e variação relativa de -5,8%.

O setor terciário, entretanto, aumentou o número de ocupados em 100 mil pessoas, resultando num crescimento relativo de 10,6%, pois saiu de 942 mil pessoas ocupadas, em 2012, para 1,042 milhão, em 2016. Esse crescimento ocorreu em todos os segmentos ou ramos de atividade, especialmente nas atividades de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (10,4%; 30 mil pessoas). Apesar do comércio paraibano ter sofrido baixas nos últimos dois anos, tanto no volume como na receita nominal de vendas, vale lembrar que no período de 2012 a 2015, as atividades varejistas da Paraíba sempre estiveram no topo do ranking do crescimento do comércio entre os estados da federação.

As atividades de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (27,9%; 24 mil pessoas), administração pública, defesa, seguridade, educação, saúde humana e serviços sociais (8,0%; 23 mil) e alojamento e alimentação (17,7%; 11 mil pessoas), também registraram crescimento no período analisado.

Por conta desses fatores, observou-se uma redução de 5,8 p.p. na importância relativa do setor primário e de quase 1 p.p. no setor secundário. Por outro lado, constatou-se um forte crescimento da importância relativa do setor terciário no total dos ocupados, setor esse que já detinha a maior parcela do total ocupados: em 2012, os ocupados representavam cerca de 62,4% do total, e em 2016, chegou a representar 69,7%, um crescimento de 7,3 p.p..



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Tabela 6: População de 14 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, segundo os grupamentos de atividade - Paraíba (médias 2012-2016)

Grupamentos de atividade	População de 14 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência				
	2012	2013	2014	2015	2016
	Quantidade (em mil pessoas)				
Total	1.510,0	1.524,0	1.562,0	1.584,0	1.496,0
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	269	244	207	208	179
Setor Secundário	295	295	304	320	278
Indústria Geral	167	158	167	177	155
Construção	128	137	137	143	123
Setor Terciário	942	987	1051	1057	1042
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	289	299	308	326	319
Transporte, armazenagem e correio	58	62	59	56	60
Alojamento e alimentação	62	72	74	70	73
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	86	93	124	127	110
Administração pública, defesa, seguridade, educação, saúde humana e serviços sociais	288	289	297	309	311
Outros serviços	55	62	70	65	62
Serviços Domésticos	104	110	119	104	107
	Variação (%)				
Total	-	0,93	2,49	1,41	-5,56
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	-	-9,29	-15,16	0,48	-13,94
Setor Secundário	-	0,00	3,05	5,26	-13,13
Indústria Geral	-	-5,39	5,70	5,99	-12,43
Construção	-	7,03	0,00	4,38	-13,99
Setor Terciário	-	4,78	6,48	0,57	-1,42
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	-	3,46	3,01	5,84	-2,15
Transporte, armazenagem e correio	-	6,90	-4,84	-5,08	7,14
Alojamento e alimentação	-	16,13	2,78	-5,41	4,29
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	-	8,14	33,33	2,42	-13,39
Administração pública, defesa, seguridade, educação, saúde humana e serviços sociais	-	0,35	2,77	4,04	0,65
Outros serviços	-	12,73	12,90	-7,14	-4,62
Serviços Domésticos	-	5,77	8,18	-12,61	2,88
	Distribuição (%)				
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	17,81	16,01	13,25	13,13	11,97
Setor Secundário	19,54	19,36	19,46	20,20	18,58
Indústria Geral	11,06	10,37	10,69	11,17	10,36
Construção	8,48	8,99	8,77	9,03	8,22
Setor Terciário	62,38	64,76	67,29	66,73	69,65
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	19,14	19,62	19,72	20,58	21,32
Transporte, armazenagem e correio	3,84	4,07	3,78	3,54	4,01
Alojamento e alimentação	4,11	4,72	4,74	4,42	4,88
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	5,70	6,10	7,94	8,02	7,35
Administração pública, defesa, seguridade, educação, saúde humana e serviços sociais	19,07	18,96	19,01	19,51	20,79
Outros serviços	3,64	4,07	4,48	4,10	4,14
Serviços Domésticos	6,89	7,22	7,62	6,57	7,15

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE/PNAD Contínua.

Esse crescimento da importância relativa do terciário deveu-se aos segmentos de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, que aumentou 2,2 p.p. (passou de 19,1%, para 21,3%, entre 2012 e 2016, respectivamente), assim como dos ramos de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas e



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

administração pública, defesa, seguridade, educação, saúde humana e serviços sociais, ambos com incrementos de 1,7 p.p. (passou de 5,7%, para 7,4%, e de 19,1% para 20,8%, entre 2012 e 2016, respectivamente).

3.2.3 Rendimento

Durante o período estudado, o rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido pelos ocupados na Paraíba, de acordo com a posição na ocupação, apresentou crescimento real até 2014 (passou de R\$ 1.182,00, em 2012, para R\$ 1.228,00, em 2013 e R\$ 1.341,00, em 2014), ficou estabilizado em 2015 (R\$ 1.349,00) e caiu para R\$ 1.324,00, em 2016, de forma que, entre os extremos da série, houve um incremento real de 12,0%.

A análise dos rendimentos dos grupos ou categorias de posição na ocupação mostra um comportamento semelhante ao verificado em nível nacional, destacando-se aqui os dos empregados no setor público, categoria que apresentava o segundo maior rendimento médio entre os grupos analisados, tendo geralmente apresentado as mais elevadas taxas de crescimentos até 2015. Além dos empregados públicos, três categorias obtiveram os ganhos reais mais elevados: os empregados no setor privado com carteira de trabalho assinada, com incremento de 9,5% (passou de R\$ 1.257,00, em 2012, para R\$ 1.377,00, em 2016); os trabalhadores por conta própria, com acréscimo de 8,1% (de R\$ 807,00, em 2012, para 872, em 2016); e os trabalhadores domésticos, com taxa de 7,8% (era R\$ 487,00, em 2012, e R\$ 525,00, em 2016). No caso do rendimento desta última categoria, cabe ressaltar que, apesar desse aumento, ela continuava a apresentar valores muito baixos, sendo os menores rendimentos auferidos pelas categorias analíticas investigadas.

De acordo com os dados apresentados abaixo na Tabela 7, percebe-se que o grupo dos empregadores é o que possui o maior rendimento médio, tendo apresentado estabilidade (-0,3%) em seu valor real entre os extremos do período analisado (passou de R\$ 3.291,00, em 2012, para 3.281,00, em 2016). Constata-se que, apesar de serem os maiores rendimentos auferidos, estes ainda se situavam em patamares modestos, para a categoria em questão.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Tabela 7: Rendimento médio mensal real do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, segundo a posição na ocupação - Paraíba (médias 2012-2016)

Posição na ocupação	Rendimento médio do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho					
	2012	2013	2014	2015	2016	
	Valor médio mensal real (em R\$)					
Total	1.182	1.228	1.341	1.349	1.324	
Empregado no setor privado (exclusive trabalhadores domésticos)	Com carteira de trabalho assinada	1.257	1.320	1.372	1.361	1.377
	Sem carteira de trabalho assinada	704	698	735	747	712
Trabalhador doméstico	487	499	540	552	525	
Empregado no setor público (inclusive servidor estatutário e militar)	2.087	2.143	2.374	2.478	2.463	
Empregador	3.291	3.408	3.624	3.607	3.281	
Conta própria	807	881	959	937	872	
Trabalhador familiar auxiliar	-	-	-	-	-	
	Variação (%)					
Total	-	3,87	9,16	0,60	-1,82	
Empregado no setor privado (exclusive trabalhadores domésticos)	Com carteira de trabalho assinada	-	5,01	3,94	-0,86	1,21
	Sem carteira de trabalho assinada	-	-0,85	5,23	1,70	-4,72
Trabalhador doméstico	-	2,62	8,11	2,27	-4,94	
Empregado no setor público (inclusive servidor estatutário e militar)	-	2,67	10,79	4,37	-0,62	
Empregador	-	3,56	6,33	-0,45	-9,04	
Conta própria	-	9,27	8,85	-2,37	-6,94	
Trabalhador familiar auxiliar	-	-	-	-	-	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE/PNAD Contínua.

Nota: O rendimento deflacionado para o mês do meio do último trimestre de coleta divulgado.

A análise dos **rendimentos por grupamentos de atividade**, ao longo do período estudado, mostra os setores primário e secundário com elevações de rendimento até 2014, e decréscimos nos anos seguintes. No primeiro caso, passou-se de R\$ 460,00, em 2012, para R\$ 561,00, em 2014, R\$ 535,00 e R\$ 499,00, para 2015 e 2016, respectivamente, de forma a apresentar a maior queda entre os macrosetores, em 2016. Entre os extremos do período, houve um crescimento real de 8,5% no rendimento médio.

No Setor Secundário, o rendimento médio real passou de R\$ 1.058,00, em 2012, para R\$ 1.173,00, em 2014, R\$ 1.105, em 2015, e R\$ 1.050,00, em 2016, havendo, portanto, estabilidade no rendimento entre 2012 e 2016 (-0,8%).

No caso do Setor Terciário, que detém aos maiores rendimentos, observou-se crescimento até 2015 (passou de R\$ 1.218,00, para R\$ 1.346,00, respectivamente), para, no ano seguinte, cair para R\$ 1.317,00, menor redução relativa entre os três macrosetores analisados. Entre os extremos do período, houve um incremento real de 8,1%.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Tabela 8: Rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, segundo os grupamentos de atividade - Paraíba (médias 2012-2016)

Grupamentos de atividade	Rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho				
	2012	2013	2014	2015	2016
	Valor Médio anual real (em R\$)				
Total	1.182	1.228	1.341	1.349	1.324
Setor Primário	460	506	561	535	499
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	460	506	561	535	499
Setor Secundário	1.058	1.127	1.173	1.105	1.050
Indústria Geral	1.081	1.139	1.202	1.103	1.050
Construção	1.035	1.115	1.143	1.107	1.049
Setor Terciário	1.218	1.250	1.332	1.346	1.317
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	1.179	1.159	1.281	1.187	1.174
Transporte, armazenagem e correio	1.257	1.215	1.251	1.299	1.260
Alojamento e alimentação	848	1.010	1.049	1.013	997
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	1.851	1.890	1.903	2.026	1.940
Administração pública, defesa, seguridade, educação, saúde humana e serviços sociais	1.979	2.048	2.242	2.316	2.327
Outros serviços	927	929	1.062	1.032	994
Serviços Domésticos	487	499	540	552	525
	Variação (%)				
Total	-	3,87	9,16	0,60	-1,82
Setor Primário	-	10,12	10,82	-4,59	-6,82
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	-	10,12	10,82	-4,59	-6,82
Setor Secundário	-	6,53	4,04	-5,78	-5,00
Indústria Geral	-	5,37	5,53	-8,22	-4,83
Construção	-	7,75	2,51	-3,21	-5,17
Setor Terciário	-	2,59	6,59	1,05	-2,19
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	-	-1,76	10,53	-7,34	-1,05
Transporte, armazenagem e correio	-	-3,38	2,98	3,84	-2,96
Alojamento e alimentação	-	19,07	3,86	-3,46	-1,51
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	-	2,07	0,69	6,49	-4,23
Administração pública, defesa, seguridade, educação, saúde humana e serviços sociais	-	3,50	9,46	3,28	0,48
Outros serviços	-	0,22	14,23	-2,76	-3,68
Serviços Domésticos	-	2,62	8,11	2,27	-4,94

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE/PNAD Contínua.

Nota: O rendimento deflacionado para o mês do meio do último trimestre de coleta divulgado.

Ao se fazer uma análise mais específica sobre os agrupamentos de atividades percebe-se que alguns deles apresentaram crescimento real nos valores dos rendimentos até 2014, e reduções até 2016, com as maiores quedas neste ano sendo registradas na agropecuária (-6,8%), construção (-5,2%) e indústria em Geral (-4,8%). Outros grupamentos tiveram tendência de crescimento até 2015, como são os casos da administração pública, dos serviços domésticos, assim como das atividades de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias,



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

profissionais e administrativas, cabendo ressaltar que a administração pública foi o único grupamento que teve estabilidade no rendimento em 2016 (0,5%).

Quando avalia-se os extremos do período, observa-se que o incremento de 12,0% no rendimento médio real dos ocupados na Paraíba, ocorrido entre 2012 e 2016, deveu-se ao crescimento real de 17,6% ocorrido tanto no segmento de administração pública, defesa, seguridade, educação, saúde humana e serviços sociais (passou de R\$ 1.979,00, para R\$ 2.327,00, respectivamente), quanto no de alojamento e alimentação (de R\$ 848, em 2012, passou para 997,00, em 2016).

Constatou-se também que apenas os grupamentos de administração pública, defesa, seguridade, educação, saúde humana e serviços sociais, assim como informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas, possuem rendimento médio superior à média estadual, tendo estes grupos os maiores rendimentos na Paraíba. Os menores rendimentos foram verificados nos grupamentos da agropecuária e dos serviços domésticos.

4 - CONCLUSÕES FINAIS

A análise da dinâmica do mercado de trabalho paraibano a partir dos dados da PNADC, apresentou indícios de possíveis consequências da recessão econômica vivenciada nos últimos anos e do desmonte atual dos mecanismos de proteção social brasileiro. Destaca-se o crescimento da exclusão social, materializada no crescimento da quantidade de pessoas desocupadas e das incluídas na chamada “força de trabalho potencial”.

Os resultados evidenciaram que houve um aumento da precarização do trabalho refletida através do crescimento dos subocupados por insuficiência de horas trabalhadas, das pessoas desmotivadas a procurar emprego devido as restrições encontradas no mercado de trabalho atual, de trabalhadores sub-remunerados e da manutenção de uma grande parcela dos trabalhadores em atividades informais. Todos esses indicadores apresentaram resultados bem superiores as médias nacionais.

O diagnóstico levantado por essa pesquisa fortifica ainda mais a necessidade de políticas públicas locais que permitam a continuidade do crescimento econômico paraibano, atraindo atividades econômicas que gerem um maior valor agregado para os trabalhadores e que



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

propiciem a manutenção de um mercado de trabalho que minimize as desigualdades sociais, historicamente encontradas no estado.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

REFERÊNCIAS

ASSIS, R. S.; COSTA, E. M.; SILVA, J. L. M (2012). Impacto da Migração de Não Naturais e da Migração de Retorno Sobre a distribuição de Renda dos Estados da Bahia e de São Paulo: um olhar sobre a Inserção desses Indivíduos no Mercado de Trabalho Local. In: *XL ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA*, 2012, Porto de Galinhas. Anais. Porto de Galinhas: ANPEC - Associação nacional dos centros de pós-graduação em economia.

ASSIS, R.S.; MARQUES, A. M (2015). Convergência ou divergência no desenvolvimento? Um estudo com clusters para o Sudeste e o Nordeste do Brasil, 1990-2010. *Rev. Econ. NE, Fortaleza*, v. 46, n. 1, p. 169-189, jan. - mar.

BRASIL. MINISTÉRIO do Trabalho e Emprego – MTE. *Relação Anual de Informações Sociais ação Anual de Informações Sociais – RAIS*. Brasília: disponível em: <http://trabalho.gov.br/rais>. Acessado em 01 de jan. 2018.

IBGE. *Medidas de Subutilização da Força de Trabalho*, Nota Técnica 02/2016. Rio de Janeiro: 12/09/2016, Disponível: http://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Nota_Tecnica/Nota_Tecnica_022016.pdf. Consultado em 1 de jan. 2018.

IBGE. *Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA*. Disponível: <http://www.sidra.gov.br/bda/tabela/listabl.asp>. Consultado em 1 de jan. 2018